



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO 2500000128_MA_102MUL2025

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

ARTIGO 1.º - Objeto Contratual

ARTIGO 2.º - Fundamentação e Caracterização do Contrato

ARTIGO 3.º - Prazo de Vigência do Contrato

ARTIGO 4.º - Gestores do Contrato

CAPÍTULO II - Obrigações das Partes

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 5.º - Obrigações do adjudicatário

ARTIGO 6.º - Dever de Sigilo

ARTIGO 7.º - Conformidade e operacionalidade dos serviços

ARTIGO 8.º - Trabalhadores afetos à prestação de serviços

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

ARTIGO 9.º - Preço Base

ARTIGO 10.º - Condições de Pagamento

CAPÍTULO III - Vicissitudes Contratuais

ARTIGO 11.º - Sanções Contratuais

ARTIGO 12.º - Atos e direitos de terceiros

ARTIGO 13.º - Subcontratação e cessão da posição contratual

ARTIGO 14.º - Resolução do Contrato

ARTIGO 15.º - Caução

CAPÍTULO IV - Disposições Finais

ARTIGO 16.º - Deveres de Informação

ARTIGO 17.º - Comunicações

ARTIGO 18.º - Foro Competente

ARTIGO 19.º - Direito Aplicável e Natureza do Contrato

ARTIGO 20.º - Contagem de Prazos

CAPÍTULO V - Especificações Técnicas

ARTIGO 21.º - Especificações Técnicas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos estabelece as condições técnicas e jurídicas a incluir no contrato a celebrar pela Universidade de Lisboa, na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços para o desenvolvimento do “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” – Módulos In Web e In Hortum, no âmbito do projeto Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal (PROMUSEUS 2023 – Área 10), nos termos indicados nos números seguintes e melhor definidos nas especificações técnicas em anexo ao caderno de encargos.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (*Common Procurement Vocabulary*), CPV – 72212520-0 Serviços de desenvolvimento de software para multimédia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.
3. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Convite e no presente Caderno de Encargos e seu anexo, onde são indicados os termos e as condições da aquisição de serviços e que serão incluídos no contrato a celebrar.

ARTIGO 2.º

Fundamentação e Caracterização do Contrato

1. O Museu Nacional de História Nacional e da Ciência da Universidade de Lisboa possui atualmente, para gestão do seu património cultural, o sistema *in patrimonium* desenvolvido pela empresa Sistemas do Futuro - Multimédia, Gestão e Arte, Lda. Este sistema integra num único programa diferentes módulos, sendo que o MUHNAC-ULisboa já adquiriu anteriormente os módulos *in arte*, *in doc* e *in natura*. Para acesso público integrado a estas coleções, pretende-se desenvolver o “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” que integre as coleções científicas do MUHNAC-ULisboa, bem como do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto MHNC-UP, do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e do Herbário da Universidade de Coimbra.

Pretende-se ainda o desenvolvimento de um novo módulo, o *in hortum*, para gestão das coleções vivas dos seus Jardins Botânicos e integração do módulo *in web* nos sistemas do MUHNAC-ULisboa para o acesso público às suas coleções.

Enquadra-se no projeto financiado pelo programa PROMUSEUS da Direção Geral do Património Cultural - ÁREA 10, “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” liderado pela Universidade de Lisboa, e que integra a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra, e tem como objetivo principal capacitar as principais instituições portuguesas detentoras de património cultural de natureza científica de uma plataforma comum para o acesso digital, de forma integrada e universal, às suas coleções, em benefício da investigação, educação e cultura.

Com o presente procedimento pretende-se:

- Promover o património museológico científico nacional;
- Implementar uma estratégia de transformação digital das coleções científicas de elevado valor patrimonial, cultural e científico;
- Qualificar os mais relevantes museus de história natural e ciência e jardins botânicos no país, estimulando a acessibilidade às suas coleções com recurso a soluções digitais.

Importa, adicionalmente, salientar que já foi anteriormente tramitado um procedimento com o mesmo objeto e do qual resultou a celebração do contrato n.º 24IN10000086, com a empresa Sistemas do Futuro - Multimédia, Gestão e Arte, Lda. Contudo, por circunstâncias que afetaram o contraente público e que não foram imputáveis ao cocontratante, não foi possível assegurar a execução integral das obrigações emergentes do contrato. Apenas foi entregue o módulo *in natura*, tendo sido pago o montante correspondente. O contrato n.º 24IN10000086 atingiu o termo da sua vigência em 30/09/2024 sem a execução integral dos serviços contratualizados, tendo sido elaborada a Informação n.º 013/MUL-DAGMI/25 para a formalização do seu encerramento.

Tendo em consideração que subsiste a necessidade de execução dos serviços não prestados e que existe financiamento disponível para suportar a sua execução até 24/04/2025, entendeu-se a tramitação do presente procedimento pré-contratual, adequado à aquisição dos serviços remanescentes, garantindo o cumprimento do regime jurídico aplicável.

2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
5. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 3 do presente artigo.

ARTIGO 3.º

Prazo de Vigência do Contrato

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, designadamente obrigações de sigilo, de conformidade dos serviços a adquirir, o contrato a celebrar no presente procedimento inicia-se desde o momento da sua assinatura e publicitação no Portal do Contratos Públicos (Portal Base) e mantém-se em vigor até à conclusão da prestação dos serviços exigidos, o que deve ocorrer até 24/04/2025.
2. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

ARTIGO 4.º

Gestor de Contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato é designado um gestor do contrato, pela entidade adjudicante.

2. No exercício das suas funções, o gestor de contrato pode acompanhar, examinar, e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor de contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica, de imediato, ao respetivo órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não eximem o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO II

Obrigações das Partes

SECÇÃO I

Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 5.º

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais do adjudicatário, as seguintes:
 - a) Desenvolver o “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” – Módulos In Web e In Hortum, no âmbito do projeto Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal (PROMUSEUS 2023 – Área 10), de acordo com o Anexo A – Especificações Técnicas;
 - b) Manter as condições da prestação dos serviços, bem como das premissas técnicas do mesmo descrito nas especificações técnicas do presente caderno de encargos, necessárias à boa execução do contrato;
 - c) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais exigidos para os serviços a prestar, tal como previstos no presente caderno de encargos e seus anexos, e na legislação aplicável;

- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - e) Não alterar as condições de prestação de serviços;
 - f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante;
 - g) Comunicar à entidade adjudicante, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para a prestação de serviços.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 6.º

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante, os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A, ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, se aplicável.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços com o contrato.
4. O prestador de serviços é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato.

ARTIGO 7.º**Dever de Sigilo**

5. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativas à entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
6. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
7. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a entidade adjudicante lhe indique para esse efeito.
8. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
9. O adjudicatário obriga-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

ARTIGO 8.º**Trabalhadores afetos à prestação de serviços**

1. O adjudicatário está obrigado a cumprir o disposto no artigo 419.º-A em conjugação com o artigo 451.º ambos do Código dos Contratos Públicos.
2. O incumprimento por parte do adjudicatário constitui contraordenação muito grave nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO II**Obrigações da Entidade Adjudicante**

ARTIGO 9.º

Preço Base

1. O preço base, para efeitos do presente procedimento pré-contratual, é de **32.181,34€** (trinta e dois mil, cento e oitenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato, incluindo em caso de prorrogação.
4. Em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 47.º, da mesma disposição legal, o preço base definido teve por fundamento o orçamento admitido ao concurso do PROMUSEUS 2023, área 10, respeitante ao “Portal de Património Cultura de Ciência em Portugal” e à Universidade de Lisboa, correspondendo, no caso, ao montante remanescente que não foi possível executar no âmbito do contrato n.º 24IN10000086.

ARTIGO 10.º

Condições de Pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor constante das faturas enviadas, após validação do gestor de contrato respetivo, e após a entrega de *in web* – Acesso Online às Coleções e de *in hortum* – Gestão de Coleções vivas de Jardim Botânico.
2. O adjudicatário deverá emitir uma fatura, na qual deverá constar o valor em conformidade com a proposta adjudicada, discriminando o valor afeto ao objeto do presente procedimento.

3. A(s) quantia(s) a pagar pela entidade adjudicante deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção pela mesma da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(is) só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da(s) obrigação(ões) respetiva(s).
4. O preço a pagar pela entidade adjudicante, nos termos dos números anteriores, inclui todas as despesas, encargos e custos inerentes ao fornecimento dos serviços objeto do contrato e cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.
5. A emissão de faturas só pode ocorrer após verificada, por parte da entidade adjudicante, a conformidade dos serviços prestados com as respetivas especificações técnicas, na qual deverá constar o montante correspondente ao valor resultante da proposta adjudicada.
6. A emissão das faturas pelo prestador de serviços deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, bem como ainda fazer referência ao número de contrato e respetivo número de compromisso.
7. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
8. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve esta comunicar ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. O atraso no pagamento de qualquer(uaisquer) fatura(s) regularmente emitida(s) não autoriza o adjudicatário, a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.
10. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
11. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
12. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
13. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratuais e legalmente previstos, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses

atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

CAPÍTULO III

Vicissitudes Contratuais

ARTIGO 11.º

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, por cada incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA.
2. No caso de incumprimento do prazo fixado para a prestação dos serviços, por causa imputável ao adjudicatário, poderá a entidade adjudicante exigir 1‰ (um por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA, por cada dia de atraso.
3. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a entidade adjudicante possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
4. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. A aplicação das sanções previstas no presente artigo serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

ARTIGO 12.º

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o adjudicatário sofra atrasos na execução de todas as prestações objeto do contrato em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que

tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a entidade adjudicante, a fim da mesma ficar habilitada a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2. No caso de todas as prestações objeto do contrato a executar pelo adjudicatário serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o adjudicatário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início da execução em causa, ou no decorrer desta, esse facto à entidade adjudicante para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias.

ARTIGO 13.º

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual e a subcontratação, por aplicação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

ARTIGO 14.º

Resolução do Contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Caso se verifique que o adjudicatário não afete à prestação do serviço objeto do contrato, os recursos necessários e identificados na sua proposta, bem como não dê cumprimento aos prazos definidos no caderno de encargos, as entidades adjudicantes poderão proceder à resolução imediata do contrato, sem obrigação de pagamento de qualquer indemnização.

ARTIGO 15.º

Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos está dispensada a prestação de caução.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 16.º**Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

ARTIGO 17.º**Comunicações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

ARTIGO 18.º**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 19.º**Direito Aplicável e Natureza do Contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ARTIGO 20.º**Contagem dos Prazos**

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

CAPÍTULO V**Especificações Técnicas****ARTIGO 21.º****Especificações técnicas**

As especificações técnicas são as constantes do anexo A ao presente caderno de encargos.

Anexo A - Especificações Técnicas

O adjudicatário deverá garantir:

1. **Desenvolvimento do “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal”,** que deverá permitir aceder à informação sobre as coleções científicas inventariadas em diferentes bases de dados e repositórios de imagens do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, do Herbário e do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, e do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Inclui:

1.1.Diagnóstico:

- Avaliação dos campos de dados a serem agregados e dos mecanismos de publicação na plataforma digital de acesso público.

1.2.Desenvolvimento da Plataforma Digital de pesquisa integrada:

- Criação de uma plataforma digital de pesquisa integrada.
- Implementação de webservices para agregação de dados do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, em articulação com o Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto e do Herbário e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra.
- Realização de testes de aceitação da plataforma e de correções conforme os resultados dos testes.

2. Desenvolvimento de um novo sistema para a gestão da coleção viva dos Jardins Botânicos (In Hortum) da Universidade de Lisboa. Inclui:

- Desenvolvimento do sistema de gestão para coleções vivas dos Jardins Botânicos (in hortum), definição dos metadados, tabelas e formulários.
- Realização de testes de aceitação do software e realização de correções conforme os resultados dos testes.
- Desenho e desenvolvimento de relatórios específicos.
- Entrada em produção do in hortum.
- Parametrização da API e webservices para comunicação com os sistemas in natura e in web.

- Desenho da interface do usuário e definição dos campos para publicação no módulo in web.

3. Implementação do Sistema In Web para a Universidade de Lisboa. Inclui:

- Instalação e configuração do sistema in web para acesso público às coleções das coleções da Universidade de Lisboa.
- Serviços de configuração, parametrização, migração dos dados e formação relativos aos sistemas in natura, in doc, in arte e in web, a saber:
 - Migração de cerca de 30 batches de dados e imagens associadas, num total de 340.000 registos da Universidade de Lisboa.

Entregáveis:

- Plataforma digital de pesquisa integrada “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal”.
- Sistemas in hortum e in web totalmente funcionais e customizados.
- Documentação técnica e relatórios de desenvolvimento.
- Formação técnica a realizar para a equipa da Universidade de Lisboa.